



CIDADE DE
SÃO PAULO
FAZENDA

Introdução

O que é?

Pilares

Aula 1: Pilares

Educação Fiscal na Prática!

2024

Introdução

É com muito entusiasmo que compartilhamos com você, servidor, o material de apoio do nosso curso **“Educação Fiscal na Prática!”**. A partir de agora, você, que faz parte do processo de cuidar e mudar a vida da população da cidade de São Paulo, está convidado(a) a conhecer a Educação Fiscal e compreender a sua **importância no nosso dia a dia**.

A Educação Fiscal, para os servidores públicos, é muito mais do que conhecimento, é uma poderosa ferramenta de trabalho, pois com uma compreensão mais profunda sobre a gestão dos recursos públicos e o reconhecimento da transparência e da responsabilidade fiscal, o servidor estará mais preparado para desempenhar suas funções **tendo consciência da sua responsabilidade**.

Contando com a sua participação, acreditamos que a conscientização da importância da gestão fiscal pode conquistar um alcance muito maior, e assim, **todos fazemos a diferença**:



Nos bens e serviços públicos

Escolas, hospitais, transportes públicos, e serviços como iluminação pública, coleta de lixo, entre outros, são mantidos com os tributos que todos nós, como cidadãos, pagamos e podemos utilizar. Como servidores, no entanto, somos responsáveis, direta ou indiretamente pela execução.

A partir da Educação Fiscal, você entende como os recursos públicos são administrados e como é possível influenciar no destino destes recursos em todas as esferas.



No desenvolvimento da cidade

Ao perceber problemas no seu bairro, você pode fazer a diferença participando do Orçamento Cidadão da PMSP, propondo projetos à sua região e para outras áreas da cidade. A Educação Fiscal mostra o caminho para serem realizadas melhorias.

O que é?

Mas afinal, o que é Educação Fiscal?

Quando se fala em Educação Fiscal, muitas pessoas a confundem com Educação Financeira. Vamos descobrir qual é a diferença?

Basicamente, a Educação Financeira está voltada ao conhecimento sobre bens e finanças, e tem como finalidade estimular que as pessoas façam o uso inteligente e consciente de seus recursos. Tratando-se de um procedimento pessoal, ocorre de acordo com as próprias escolhas do indivíduo, não sendo necessário que nenhuma informação vá a público.

A Educação Fiscal, por sua vez, é um conjunto de ações **educativas** que tem como objetivo **conscientizar o cidadão** a respeito da importância dos tributos e como eles são utilizados para financiar serviços públicos.

É um processo contínuo, imprescindível para:

Informar sobre os diferentes tipos de tributos e sua função social

É importante que o cidadão compreenda que os tributos não são apenas uma obrigação, mas sim um instrumento fundamental para o desenvolvimento do país.

Promover o acompanhamento da aplicação dos recursos públicos

A Educação Fiscal incentiva e orienta o cidadão a acompanhar como os recursos públicos estão sendo utilizados pelo governo.

Estimular o exercício da cidadania

Ao compreender a importância dos tributos e o papel do Estado na gestão dos recursos públicos, o cidadão se torna consciente de seus direitos e deveres, assim adquirindo ferramentas para participar do contexto político do país.

Desmistificar os tributos

Muitas pessoas ainda têm uma visão negativa dos tributos, considerando-os apenas um peso desnecessário quando, na verdade, são **essenciais** para o funcionamento do Estado, já que contribuem para a **melhoria da qualidade de vida da população**.

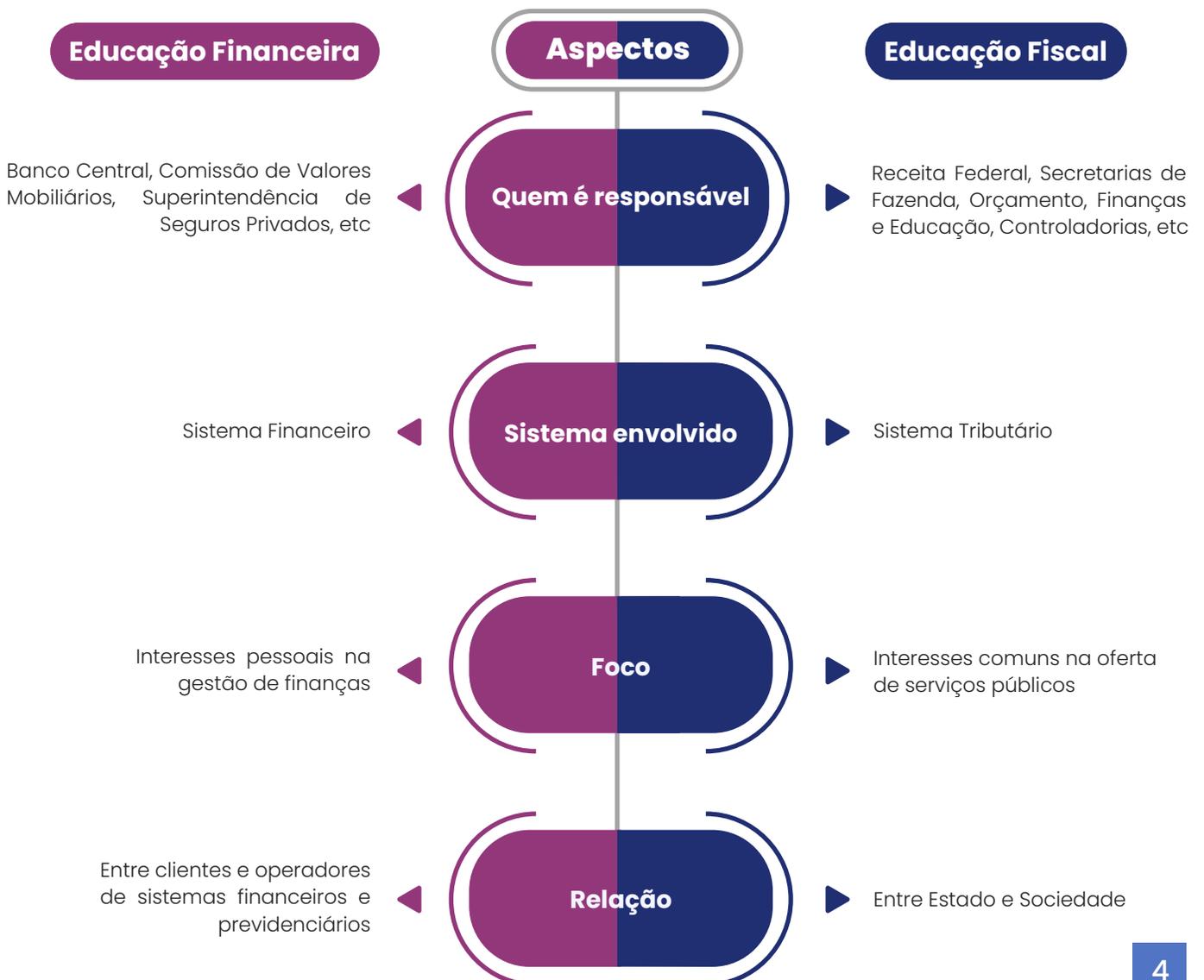
Combater a sonegação fiscal

A sonegação é um crime que, por diminuir a arrecadação de tributos e a oferta de serviços públicos, afeta a todos.

Promover a transparência pública

A transparência é fundamental para garantir que os recursos estatais sejam utilizados de forma eficiente e responsável.

Para que você entenda melhor as diferenças entre a **Educação Fiscal** e a **Educação Financeira**, montamos um infográfico com os principais aspectos dos dois temas. Veja:



A população é fiscalmente educada?

A Educação Fiscal é um tema crucial para o desenvolvimento de uma sociedade mais consciente e participativa. No Brasil, a percepção geral é de que a população ainda não está plenamente educada em relação aos tributos e ao funcionamento dos serviços públicos.

De forma geral, acredita-se que pagamos muitos impostos, que os serviços públicos são de baixa qualidade e que a corrupção é um problema endêmico. No entanto, poucos conhecem os custos reais de manter sistemas essenciais como saúde, educação e segurança, por exemplo.

Este curso busca esclarecer essas questões e promover uma maior compreensão sobre a importância dos tributos para o bem-estar coletivo.

O que dizem por aí sobre...?

O pagamento de tributos

É uma crença comum que a carga tributária, no Brasil, é excessiva. Muitos cidadãos tem a percepção de que pagam uma quantidade desproporcional de impostos em relação aos serviços que recebem.



Uma pesquisa recente, realizada pela Agenda Pública em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), IDEIA e a República.org, avaliou a qualidade dos serviços públicos em varias capitais brasileiras, incluindo São Paulo. Clique aqui e ou escaneie o QR ao lado e confira

[Agenda PUBLICA Pesquisa Serviços Públicos opinião](https://gestaopublica.org.br/)

[\(gestaopublica.org.br/\)](https://gestaopublica.org.br/)



A qualidade do serviço público

Há uma percepção generalizada de que os serviços públicos não correspondem ao valor dos tributos pagos. Isso gera insatisfação e desconfiança na população.

A corrupção

A corrupção é vista como um dos maiores problemas do país. Muitos acreditam que uma parte significativa dos tributos é desviada por meio de práticas corruptas, o que **compromete** a qualidade dos serviços públicos.

A importância dos tributos

Devido às percepções negativas sobre a carga tributária e a qualidade dos serviços públicos, algumas pessoas chegam a acreditar que pagar impostos não traz benefícios concretos para a sociedade.

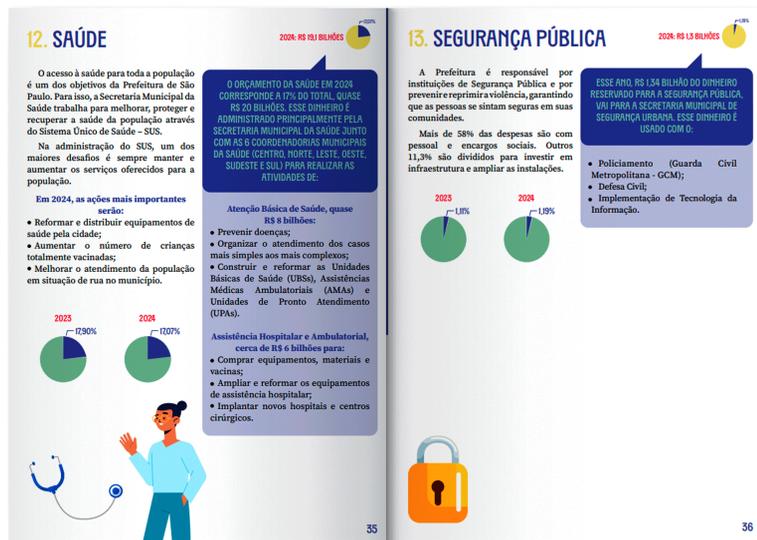
Pouca gente sabe, por exemplo

O custo do SUS

O Sistema Único de Saúde (**SUS**) é um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, oferecendo atendimento gratuito a milhões de pessoas. Só na cidade de São Paulo, são cerca de **oito milhões de** usuários da rede municipal de saúde.



Para conferir o orçamento da saúde em 2024 acesse o link ou escaneie o QR-Code para acessar o [Caderno do Orçamento](#).



O custo da escola pública

A educação pública é fundamental para o **desenvolvimento** do país. Em São Paulo, o custo de manter escolas, pagar professores e fornecer materiais didáticos é muito expressivo, na aula sobre orçamento público vamos falar de números.

A Prefeitura de São Paulo investe significativamente na educação pública para garantir que **todos os alunos** tenham acesso a uma **educação de qualidade**.

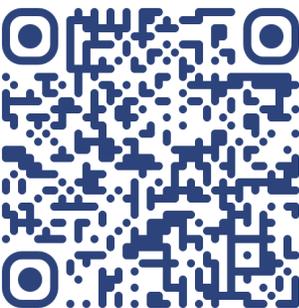


Para saber mais, acesse o link ou escaneie o QR-Code

[São Paulo em Dados \(saopaulo.sp.leg.br\)](http://saopaulo.sp.leg.br)

O custo da segurança pública

Garantir a segurança dos cidadãos é uma das responsabilidades mais importantes do Estado. Em São Paulo, isso inclui o financiamento de forças policiais, sistemas de justiça e programas de prevenção à violência. O investimento em segurança pública é essencial para **manter a ordem e proteger a população**.



Para saber mais, acesse o link ou escaneie o QR-Code

[Segurança urbana - Portal de Dados Abertos da Cidade de Sao Paulo \(prefeitura.sp.gov.br\)](http://prefeitura.sp.gov.br)

Esses são apenas 3 exemplos, uma população **“fiscalmente educada”** conhece o caminho do recurso público, sabe de seus direitos e deveres e, assim, pode exercer sua cidadania **acompanhando** e **fiscalizando** a forma como o **Estado usa o dinheiro dos tributos**.

Pilares



A Educação Fiscal se baseia em pilares essenciais que promovem a cidadania, a ética, o combate à corrupção, o controle social e a relação **harmoniosa entre o Estado e a sociedade**. Agora, você vai conhecer cada um deles:

Cidadania

Dentro do contexto de Educação Fiscal, cidadania refere-se ao exercício consciente e responsável dos direitos e deveres dos cidadãos em relação aos tributos e à gestão dos recursos públicos. Isso envolve:

Conhecimento e Cumprimento dos Deveres Fiscais

Entender a importância dos tributos e como eles são essenciais para financiar serviços públicos.

Exercício dos Direitos

Garantir que todos tenham acesso aos serviços públicos de qualidade, que são financiados pelos tributos pagos por toda a população.

Participação Ativa e Fiscalização

Envolver-se na fiscalização da aplicação dos recursos públicos, exigindo transparência e responsabilidade dos gestores públicos.

Cuidado com o Bem Público

Preservar e valorizar os bens e serviços públicos, entendendo que eles são financiados pelos impostos pagos por todos.

Promoção da Ética e Combate à Corrupção

A ética e o combate à corrupção são fundamentais para garantir a integridade na gestão dos recursos públicos. A corrupção pode ocorrer em dois momentos distintos:

Antes de ingressar no caixa do Estado

Refere-se à corrupção privada, como a sonegação fiscal, que representa uma perda significativa de recursos. Estima-se que só em 2020, a sonegação fiscal tenha causado, no Brasil, uma perda de R\$ 460 bilhões a R\$ 600 bilhões em arrecadação de tributos, que deixaram de ter sua função social aplicada à sociedade.



Para saber mais, acesse o link ou escaneie o QR-Code
Levantamento IDV: "Brasil perdeu ao menos R\$ 460 bi em impostos para a sonegação em 2020"



A **sonegação fiscal** é a prática de omitir ou declarar incorretamente informações obrigatórias para evitar o pagamento total ou parcial dos tributos devidos. Essa prática prejudica a economia, criando desigualdade entre cidadãos e empresas.

Uma das formas de combater a sonegação é sempre solicitar a **nota fiscal** ao realizar compras ou contratar serviços. A nota fiscal é um recibo obrigatório que documenta a transação, assegura o recolhimento de impostos e serve como comprovante de **garantia para o consumidor**.

A sonegação de impostos é um exemplo de **pequena corrupção** que ocorre devido a diversos fatores, como a cultura de sonegação no país, a busca por vantagens financeiras, a percepção de que o risco de ser pego é baixo e a ineficiência da fiscalização.

Além disso, muitos acreditam que os impostos são altos demais e que os recursos arrecadados são mal utilizados ou mal distribuídos. Combater essas pequenas corrupções é essencial para **promover a ética e a justiça fiscal**.



Fonte: Campanha "Pequenas Corrupções - Diga Não" Controladoria-Geral da União (CGU) [RS]

Após ingressar no caixa do Estado

Refere-se à corrupção pública, que envolve o desvio de recursos públicos. O Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC) divulgou, em dezembro de 2021, um estudo revelando que menos de 2% das organizações públicas do Brasil possuem sistema de proteção adequado contra atos lesivos como fraude e corrupção.



Para saber mais, acesse o link ou escaneie o QR-Code
**Levantamento traz dados sobre corrupção nas organizações
públicas brasileiras | Portal TCU**



Mas não vamos confundir corrupção com má gestão!

A corrupção e a má gestão são problemas distintos, mas ambos comprometem a eficiência e a eficácia da administração pública. A corrupção envolve o abuso do poder confiado para ganho privado, como o desvio de recursos públicos. Já a má gestão refere-se à incompetência ou ineficiência na administração dos recursos, resultando em desperdício e má qualidade dos serviços públicos.

Enquanto a corrupção é um ato intencional de desvio de recursos, a má gestão pode ocorrer por falta de capacidade técnica ou planejamento inadequado. Quando ocorre a corrupção, ela é praticada sob uma má gestão, devido à falta de controles adequados, transparência, fiscalização, cultura organizacional e ao desperdício de recursos. Por esses motivos, uma boa gestão e o controle social podem mitigar a possibilidade de corrupção e trazer mais resultados para a sociedade.

Controle Social

O controle social é o mecanismo pelo qual a sociedade participa ativamente na fiscalização e no monitoramento da gestão pública. Cidadãos bem-informados e engajados podem exigir **transparência** e **responsabilidade** dos gestores públicos, contribuindo para a melhoria dos serviços oferecidos.

Em São Paulo, onde o **orçamento municipal** é um dos maiores do país, o controle social pode ajudar a evitar desperdícios e desvios, assegurando que os investimentos sejam direcionados para áreas prioritárias e que tragam **benefícios reais para a população**.

Além disso, o município de São Paulo conta com diversos canais de **participação social**, como audiências públicas, conselhos municipais e plataformas digitais, que permitem aos cidadãos acompanhar e influenciar as decisões do governo. A utilização dessas ferramentas fortalece a **democracia** e promove uma gestão pública mais transparente e responsável.



A plataforma **Participe+** é um exemplo de espaço para a participação da sociedade nos procedimentos relacionados ao orçamento público e às políticas governamentais. Ela propõe-se a ser o canal de **participação social** virtual da Prefeitura de São Paulo, onde é possível se ter acesso a Consultas Públicas, a Votações e ao Orçamento Cidadão, criando, assim, um elo entre a população e o governo.



Para saber mais, acesse o link ou escaneie o QR-Code

[Participe+ \(prefeitura.sp.gov.br\)](http://participe+.prefeitura.sp.gov.br)



Relação Estado-Sociedade

A relação entre o Estado e a sociedade deve ser baseada na **confiança mútua e na transparência**. O Estado tem a **responsabilidade** de prestar contas sobre a arrecadação e a aplicação dos tributos, enquanto a sociedade deve cumprir suas obrigações fiscais e participar ativamente do **controle social**.

Uma relação harmoniosa entre o Estado e a sociedade é fundamental para o desenvolvimento sustentável e para a construção de uma **sociedade mais justa**.

A atuação dos servidores públicos é fundamental para a construção de uma relação harmoniosa entre o Estado e a sociedade. Nós somos responsáveis por implementar políticas públicas, garantir a prestação de serviços essenciais e assegurar que os direitos dos **cidadãos** sejam respeitados. Para isso, é imprescindível atuar com ética, transparência e compromisso, sempre colocando o **interesse público acima de interesses pessoais**.

A postura ética fortalece a confiança da sociedade nas instituições públicas e contribui para a **construção** de um ambiente de respeito e cooperação mútua. Servir com qualidade é um **pilar essencial** para a efetividade da administração pública.

A busca pela excelência no atendimento e na execução das tarefas diárias reflete o **compromisso** com a melhoria contínua dos serviços prestados à população. Além disso, a capacitação constante e a atualização de conhecimentos são fundamentais para que os possamos enfrentar os desafios e demandas de uma sociedade em constante transformação.

Dessa forma, nós, servidores, não apenas cumprimos nosso papel, mas também atuamos como **engrenagens essenciais na mudança e desenvolvimento social**.

